



Vitória da democracia

ABDON HENRIQUE ARAÚJO

O governo Cristovam Buarque por meio da Administração Regional do Lago Sul, desenvolveu estudos com vistas ao ordenamento e melhor aproveitamento do potencial de lazer da área conhecida como Pontão do Lago Sul.

Fruto desses estudos, elaborou-se um anteprojeto urbanístico, arquitetônico e paisagístico para a área envolvendo atividades de lazer, diversão e entretenimento, com os equipamentos de apoio necessários tais como: lanchonetes, bares, quadras esportivas, restaurantes, marinas etc.

O processo de implantação e gerenciamento do empreendimento seria sem custo para o poder público, adotando-se um modelo de parceria com a iniciativa privada, em regime de concessão de uso.

Para garantir os requisitos técnicos de viabilidade e qualificação do projeto, sua elaboração contou com a participação de vários órgãos setoriais do governo, tais como o Detran, no trânsito, Sematec nos aspectos ambientais; a Caesb, infra-estrutura e saneamento básico; a Terracap e a Procuradoria Geral do DF nos aspectos jurídicos e fundiários; e o Iphan no aspecto do Patrimônio Histórico, sob a coordenação da Administração Regional do Lago Sul e do IPDF.

O anteprojeto resultante desse processo foi apresentado à Comunidade em Eventos Culturais no próprio local, com apresentação da Orquestra Sinfônica do DF, esteve exposto na Câmara Legislativa para apresentação dos parlamentares, e foi submetido

ao exame do Conselho Comunitário do Lago Sul. Além disso, o projeto foi amplamente divulgado nos veículos de comunicação da grande imprensa e boletins informativos de circulação interna da comunidade do Lago Sul.

Finalmente, cumprindo o disposto na Lei Orgânica do DF, foi convocada, por meio do DODF e imprensa local, Audiência Pública para desafetação da área como requisito à implantação do projeto.

A audiência realizou-se no dia 17 de outubro corrente, na sede da Administração Regional, em ambiente de polêmica participação. Participação que, infelizmente, chegou a exceder, em certos momentos, os limites da normalidade que devem presidir assembléias democráticas desta natureza. A comunidade questionou livremente vários aspectos do projeto, especialmente a dimensão da área a ser desafetada. Entretanto, não houve manifestação contrária à necessária revitalização proposta para a área.

Com este espírito, o governo incorporará as críticas construtivas sugeridas com relação ao anteprojeto e à dimensão da área a ser desafetada, cumprindo assim o compromisso de auscultar a comunidade, colocando em prática um modo de governar democrático, solidário e participativo.

Com este processo saem ganhando, governo e comunidade. Vitória da democracia.



“A comunidade questionou o projeto e não houve manifestação contrária à revitalização”